

## **O ALVORECER DA REPÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO: O GOVERNO MONIZ FREIRE (1892-1896)**

Diones Augusto Ribeiro (**Doutor em História – Ufes**)

Mário Miranda de Magalhães (**Especialista em Geopolítica – Claretiano**)

Thiago Campos Magalhães (**Mestre em Ensino de Matemática - PUC-MG**)

### **Resumo**

A proposta do presente artigo é analisar as principais diretrizes políticas que nortearam a primeira presidência de José de Mello Carvalho Moniz Freire, entre 1892 e 1896, além de discutir o processo de implantação do regime republicano no Brasil.

A plataforma de governo de Moniz Freire era vasta, mas nos limitamos às suas principais diretrizes: a imigração, com o objetivo de trazer braços para a lavoura cafeeira do Estado, à pequena propriedade e às inúmeras obras estruturais que estavam sendo desenvolvidas na capital; a construção de ferrovias, principalmente a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, planejada para ser nossa principal artéria viária; e a modernização urbana de Vitória, especialmente através da atuação da Companhia Torrens.

Palavras-Chaves: Moniz Freire. República. Imigração

### **Abstract**

The purpose of this article is to analyze the main political guidelines that guided the first presidency of José de Mello Carvalho Moniz Freire between 1892 and 1896, and to discuss the process of implementation of the republican regime in Brazil.

Moniz Freire's government platform was vast, but we limited ourselves to its main directives: immigration, with the goal of bringing arms to the state's coffee plantations, to the small property and to the numerous structural works that were being developed in the capital; The construction of railroads, especially the Southern Railway of the Holy Spirit, planned to be our main road artery; And the urban modernization of Vitória, especially through the performance of Companhia Torrens.

Keywords: Moniz Freire. Republic. Immigration

### **Da monarquia à república: o Brasil e a atuação política de Moniz Freire**

José de Mello Carvalho Moniz Freire nasceu em 13 de julho de 1861 em Vitória, capital do Espírito Santo. Filho de Manoel Feliciano Moniz Freire, um dos diretores do *Jornal da Vitória*, pertencente ao *Partido Liberal*, Moniz começou sua carreira política muito cedo na Câmara Municipal de Vitória e foi deputado provincial durante a década de 1880, também se destacando como hábil orador e dono de uma capacidade de escrita que a muitos impressionou em sua época, pois, desde pequeno ele demonstrava uma grande tendência para o jornalismo e para a política, o que o levou a associar-se no *Atheneo Provincial* a João Monteiro Peixoto e a Afonso Cláudio. Juntos criaram o jornal literário *A Aurora*, onde foi a primeira ocasião em que *Moniz teve a oportunidade de mostrar seus predicados intelectuais* (BASILIO,1961:16).

Em 1877, Moniz Freire e Afonso Cláudio matriculam-se no curso jurídico da *Faculdade do Recife*, um dos principais centros de estudos àquela época no Brasil, e, novamente mostrando suas habilidades e afinidades jornalísticas, Moniz participa da fundação do jornal *A Gazeta Acadêmica*. Três anos mais tarde, transfere-se para a *Faculdade de Direito de São Paulo*, concluindo seus estudos jurídicos em 1881. Ainda entre os paulistas, foi redator-chefe do jornal *O Liberal*, órgão acadêmico dos estudantes filiados ao partido liberal, colaborando também na *Opinião Liberal de Campinas* (CLAUDIO, 1981:272).

Concluídos seus estudos, Moniz Freire regressa ao Espírito Santo em 1882, onde, na companhia de Cleto Nunes, funda o jornal *A Província do Espírito Santo*, primeiro jornal diário do Estado e porta-voz da campanha abolicionista no Espírito Santo, mesmo veículo informativo que, com a *Proclamação da República*, torna-se *O Estado do Espírito Santo*. Nesse mesmo ano, casou-se com Colatina Soares d’Azevedo, com quem teve dez filhos. Nascida em 1864, no Estado de São Paulo e neta pelo lado materno do Barão de Paranapanema, ela, anos mais tarde, *emprestou* seu nome à cidade de Colatina. Bela jovem, conhecia alemão, francês e italiano. Musicista, cantava em saraus palacianos, deliciando os presentes com seu talento e voz singular (TEIXEIRA: SA).

Após a *Proclamação da República* em 1889, muitos à época de Moniz Freire, tiveram a impressão de que o Brasil poderia tomar um novo rumo, pois com a o fim do regime monárquico e com a emergência da República celebrou-se uma nova era na história brasileira. A nova ordem jurídica implantada acabou com a centralidade administrativa aplicada durante a monarquia e permitiu aos Estados redigirem suas próprias leis; aplicarem e arrecadarem seus próprios impostos; etc. Ou seja, a liberdade administrativa dos Estados foi a marca fundamental da emergente República. Todos os Estados poderiam legislar sobre suas jurisdições livremente, salvo nos casos em que suas deliberações ferissem algum tópico ou inciso da Constituição de 1891.

Do ponto de vista econômico, o café tornou-se o principal produto comercial brasileiro a partir do século XIX. Celso Furtado afirma que junto à introdução da atividade cafeeira nasceu um emergente mercado consumidor assalariado no Brasil, exigindo que houvesse uma nova diversificação da atividade industrial interna, fazendo com que novas indústrias nascessem, notoriamente alimentícia e têxtil, permitindo a diversificação, ainda que rudimentar, dos hábitos de consumo brasileiro. Ou seja, o advento do trabalho assalariado foi, sem sombra de dúvida, o *fator de maior relevância ocorrido na economia brasileira no último quartel do século XIX* (FURTADO, 1976:151), principalmente na região Sudeste, centro dinâmico da economia brasileira.

Todavia, ao analisar a questão sobre qual estrutura seria ideal para o cultivo do café com o advento da política imigratória, ele afirma que o sistema de produção surgido principalmente em São Paulo estava organizado na grande propriedade:

*A produção para a exportação estava organizada no sistema de grandes plantações, exigindo uma mobilização de capital que não era acessível aos colonos em sua etapa de instalação. Em todo o caso, se se dedicassem a plantar café, os colonos teriam que concorrer com empresas que exploravam mão-de-obra escrava* (FURTADO, 1976:125).

Se a afirmação é correta para São Paulo, setor de vanguarda do capitalismo brasileiro, ela não pode ser encarada como um paradigma universal, principalmente para o Espírito Santo. Para Gilda Rocha, a peculiaridade da economia cafeeira capixaba era seu cultivo em pequenas e médias propriedades. Os domínios

cafeeiros do Estado não substituíram, grosso modo, o escravo pelo trabalho assalariado. Nas maiores imperou o sistema de parceria, e, nas pequenas e médias, ao contrário, o trabalho familiar. Gilda Rocha, ao salientar que a afirmação da incompatibilidade do café com a pequena propriedade é passível de questionamentos, enfatiza que

*Parece-nos importante ressaltar este fato tendo em vista a postura presente em quase toda a historiografia do café que enfatiza a inviabilidade de produção deste gênero na pequena propriedade [...].*

Pois

*[...] se esta afirmação é verdadeira para o Rio de Janeiro e São Paulo, ela não é para o Espírito Santo, onde a grande propriedade conviveu, sem atritos, com a pequena propriedade colonial [...]. Apesar da existência de um setor exportador de café com base na grande propriedade, este setor não era suficientemente amplo e desenvolvido para impedir a existência de outro, este, baseado na pequena propriedade, dedicando-se à cultura do mesmo produto (ROCHA, 2000: 87-88).*

Corroborando as afirmações expostas, na visão de Wilson Cano, esta estrutura *dual* apenas em aparência devido à parceria e à pequena produção, não produziu o efeito dinamizador que ocorreu em São Paulo, pois aqui não se formou um mercado assalariado fixo nas plantações e nem tampouco surgiram indústrias diversas, ligadas ou não ao café. Demais,

*[...] nos núcleos colônias, o estatuto [...] [foi] o da pequena propriedade. No latifúndio, embora fosse grande sua dimensão, era pequeno seu espaço efetivamente utilizado. Predominou, portanto, [no Espírito Santo] a pequena dimensão dos estabelecimentos cafeeiros (CANO, 1985: 299).*

Junto a isso, a permanência de estruturas conservadoras impediu o florescimento de um novo viés no Brasil, visto que a República conservou inalterada a estrutura fundiária e não promoveu a plena integração dos ex-escravos, mantendo a maior parte da população em posição de completa subserviência e à margem da cidadania política plena. Aliás, essa foi umas das prerrogativas do federalismo no início da República, pois o sistema instituído alijava a população mais humilde das decisões e da política nacional.

Mesmo que a passagem do trabalho escravo para o livre em 1888 tenha representado um importante marco para a sedimentação do capitalismo no Brasil, a classe dominante era formada por uma elite agro-exportadora que, muitas vezes, não possuía interesses uniformes e era composta por várias facções. Segundo Boris Fausto, eram grupos regionais, dada a diversidade da produção econômica entre as principais regiões produtoras brasileiras. Mas uma delas, a de São Paulo, pelo intenso desenvolvimento de sua economia cafeeira, deu origem a uma burguesia do café, não apenas formada por grandes fazendeiros, mas também por grupos ligados a essa cultura primária, que investiam em vários outros setores, pois o grande capital ultrapassou o limite das fazendas e foi invertido em ferrovias, bancos, casas exportadoras e importadoras, indústrias etc (FAUSTO, 1975). Essa burguesia precisava da aliança com Minas Gerais, Estado que possuía o maior eleitorado e a maior bancada no Congresso, além de ser grande produtor de café. O principal interesse dos paulistas era controlar a política econômica e financeira nacional, além de garantir a autonomia dos Estados dentro do projeto federativo. Em contrapartida, os mineiros precisavam dos investimentos, verbas e cargos do governo federal, além de verem o *controle do Estado como um fim em si* (Schwartzman 1982, Apud FAUSTO, 1990: 121-122), já que detinham o maior colégio eleitoral da Primeira República.

Porém, essa hegemonia não foi fácil e nem tampouco tranqüila. Sempre houve disputas e “rachas” entre São Paulo e Minas Gerais e inconformismo dos Estados de “2º grandeza” – Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco. O exercício da hegemonia, portanto, implica atender alguns interesses dos Estados aliados e fazer concessões quando preciso, podendo ela ser entendida, para nossos fins, como a

*[...] ênfase na promoção e legitimação de interesses setoriais, restringindo-a, porém às atividades de um poder social dominante. Isso talvez envolva a suposição de que as ideologias dominantes contribuam para unificar uma formação social de maneira que sejam convenientes para seus governantes; não se trata apenas da suposição apenas da imposição das ideias pelos que estão acima, mas de garantir a cumplicidade das classes e grupos subordinados (EAGLETON, 1997: 39).*

Tal cumplicidade dos grupos dominantes ocorreu em torno do café. Como já mencionado, vários mecanismos e políticas foram criados pelo governo para garantir

um preço mínimo para o produto primário e estabilidade política para quem governasse. Um mínimo de governabilidade dependia de um bom relacionamento dos presidentes de Estados com as elites locais. Eles controlavam os votantes e manipulavam as atas eleitorais, mas quem de fato definia, em última instância, a apuração dos votos e quem reconhecia os eleitos era o Congresso Nacional, após aval do presidente da República (CARVALHO, 1998). Esse foi o acordo entre os Estados e Campos Salles. Em seu governo (1898-1902) é formulada a *Política dos Governadores* ou *dos Estados* com o intuito do governo federal apoiar somente as oligarquias que fossem favoráveis à política presidencial e que dessem sustentabilidade a ele, independente de suas decisões, desde que os interesses dos Estados aliados fossem preservados. Com ela surgiu o que ficou conhecido como a *Política do Café com Leite*, ou seja, uma alternância na presidência do Brasil entre Minas e São Paulo. Assim, os demais federados, com receio de perderem apoio político e financeiro, os apoiaram. Para Monteiro

[...] o estabelecimento da República, a bem verdade, o estabelecimento da Federação, permitiu que diversas oligarquias locais ascendessem ao poder, no seu âmbito regional, assumindo o controle da máquina administrativa, em particular da fiscalidade, construindo mecanismos para sua eternização no poder (MONTEIRO, 2000: 220).

Ademais, de acordo com Carvalho,

[...] o governo republicano [...] era eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais, era o chefe da política estadual. Em torno dele se arregimentavam as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes. Seu poder consolidou-se após a política dos Estados implantada por Campos Sales em 1898, quando este decidiu apoiar os candidatos eleitos pela política dominante no respectivo Estado (CARVALHO, 2006).

Alem disso Carvalho, transcrevendo fala de Campos Salles, cita que

[...] era dos Estados que se governava a República: “A política dos Estados [...] é a política nacional” (IBID, 2006).

A partir das análises da obra de Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*) e Raymundo Faoro (*Os donos do poder*) podemos também concluir que a elite brasileira não separava a esfera pública da esfera privada, sempre utilizando o Estado com o intuito de criar políticas favoráveis a si. Tudo isso ocorreu dentro de

uma nação que se dizia liberal, mas que, em razão do excesso de corporativismo, nunca pensou em fomentar políticas que propiciassem o bem-estar coletivo nacional, quer seja através da industrialização, ou através de políticas de emprego e renda. Para Holanda

*[...] isso explica como entre nós [...] onde quer que o personalismo – ou a oligarquia, que é o prolongamento do personalismo no espaço e no tempo – conseguiu abolir as resistências liberais, assegurou-se, por essa forma, uma estabilidade política aparente [...]. É freqüente imaginarmos prezar os princípios democráticos e liberais, quando, em realidade, lutamos por um personalismo [...]. O inextricável mecanismo político e eleitoral ocupa-se em velar-nos esse fato (HOLANDA, 1998: 183-184).*

Assim, com a República, e, principalmente, com a gênese do novo sistema eleitoral, os presidentes eleitos nos Estados passaram a deter uma enorme parcela de poder arrogado pela Constituição de 1891. Nesse processo, os coronéis dos municípios tornaram-se fundamentais à nova ordem. De seu apoio dependia a sustentabilidade das oligarquias estaduais, exercendo esta influência a nível federal, como, por exemplo, a paulista, graças, sobretudo, ao seu poderio econômico e à sua numerosa bancada, e a mineira, que tinha grande influência econômica e o maior número de deputados do Congresso Federal, com 37 parlamentares (SUETH, 2004).

Porém, um partido político é, antes de qualquer coisa, uma reunião de pessoas que fomentam uma plataforma política em comum, em cujo interior coexistem gerações diferentes, e que carregam consigo experiências múltiplas, e, por conseguinte, pólos de referência diversos. Um partido político importante precisa, no exercício do poder, articular compromissos que acarretam, grosso modo, a heterogeneidade de seus apoios e a necessidade constante de levar em consideração, na arte de governar, as diferentes plataformas políticas de seus adversários e de seus membros.

Serge Berstein, citando Renè Rémond, salienta que o historiador dos *partidos políticos* deve levar em consideração em seus estudos que a análise do exercício do poder implica reconhecer a existência não de uma direita ou de uma esquerda, mas de uma pluralidade de direitas e de esquerdas, permitindo inferir que os interesses individuais, muitas vezes, impedem a fomentação de uma plataforma e de um projeto político uno, que vise o bem-estar da sociedade através de uma ampla frente de inclusão social, o que não se verificou no Espírito Santo, pois as oligarquias

descontentes, os antigos liberais, os republicanos e os monarquistas não conseguiram entender-se no que tangiu à fomentação de uma plataforma unificada, que contemplasse os inúmeros interesses existentes àquela época (BERSTEIN, 1996).

Para Edgar Carone, a particularidade da história partidária dos primeiros anos da *República Velha* residiu no predomínio de formas regionalistas de poder, pois a nova ordem político-partidária surgida a partir de 1889 é a expressão de uma única classe: a aristocracia agrária. Tendo se organizado principalmente com a gênese do movimento republicano ou às vésperas da *Proclamação da República*, os partidos surgidos se caracterizaram pelo predomínio personalista da classe dirigente regional que os formulou ou com a ajuda daqueles que possuíam títulos ou status parecido com o seu, gerando uma série de compromissos que determinaram, em última instância, que os primeiros partidos republicanos brasileiros não tivessem vida interna regida pelo encosto democrático, mas sim, como já salientado, pela base oligárquica e de vida efêmera. O predomínio político descentralizador levou muitas vezes à formação, em algumas situações, de oposições particulares, tornando a luta partidária ainda mais regionalizada e particularista. Muitos partidos nasceram antes de eleições e desapareceram logo após a elas, ou fundiram-se ao partido regional predominante. Ademais, o fracasso da plataforma política dos partidos republicanos é explicado pelo autor da seguinte forma:

*Predomínio e diversificação estadual conduzem à estagnação ideológica dos P.Rs., manifestada na pobreza de seus programas ou reivindicações eleitorais, baseados todos na reafirmação dos princípios do Manifesto Republicano de 1870. Como o federalismo e o presidencialismo são realidades, nada é preciso para sua complementação, pois a existência quase única do partido oficial significa, para as oligarquias, uma solução político-administrativa. Além disso, exclusivismo social e regionalismo levam ao fracasso das tentativas de fundar partidos nacionais: aqueles que tentam organizar-se funcionam em bases pessoais, não sobrevivendo aos motivos aparentes de sua fundação (CARONE, 1978: 314-315. Grifo nosso).*

Assim, mesmo que a essência dos partidos seja *lutar pelo poder*, Fernando Henrique Cardoso salienta que a ambição pessoal na política é, sem sombra de dúvida, a grande característica do federalismo brasileiro, corroborando os apontamentos de Edgar Carone, pois

*A complicação em nosso caso é o [...] caleidoscópio dos arranjos partidários: a presença, no mesmo partido, de pessoas e até correntes com visões diversas. Mais sério ainda, o fato de que a mesma pessoa pode se orientar politicamente por dimensões valorativas pertencentes a campos ideológicos, senão opostos, ao menos distintos. Isso porque o sistema eleitoral e as diferenças regionais que compõem nosso esdrúxulo federalismo levam a acomodações partidárias que não espelham necessariamente as escolhas ideológicas dos afiliados [...]. Esses fatores, sem serem os únicos, dificultam a homogeneização das visões e das perspectivas valorativas (CARDOSO, 2006: 129-130. Grifo nosso).*

Com a *Proclamação da República*, Afonso Cláudio de Freitas Rosa, abolicionista e membro da Comissão Executiva do Partido Republicano da então Província do Espírito Santo, foi nomeado presidente do Estado por Deodoro da Fonseca, tendo por vice os dois principais líderes do movimento republicano de Cachoeiro: Bernardo Horta e Antonio Aguirre. Em maio de 1890, Horta e Aguirre convocam um congresso com o intuito de agregarem todas as forças republicanas capixabas em nome de um amplo projeto e de uma frente única. Porém, não obtendo sucesso, renunciam e filiam-se à *União Republicana Espírito Santense*, cujas principais lideranças eram o ex-chefe do *Partido Liberal* Barão de Monjardim e o ex-líder do *Partido Conservador* Aristide Freire.

A outra agremiação, *Partido Republicano Construtor*, tinha à frente, Moniz Freire, expoente advogado e jornalista, o próprio Afonso Cláudio, antigas lideranças republicanas e outras personalidades políticas da época.

As eleições para a Constituinte Federal, em setembro de 1890, foram acirradas no Espírito Santo. Apesar disso, o *Partido Republicano Construtor* elegeu três senadores (Domingos Vicente, Gil Goulart e José Cesário Monteiro de Barros) e dois deputados (Ataíde Jr. e Moniz Freire) e, aprovada a Constituição Federal de 1891, eleições indiretas deveriam indicar o sucessor do Marechal Deodoro da Fonseca. Mas a oposição, principalmente a paulista, temendo que as atitudes políticas centralizadoras do Marechal levassem o Brasil a um governo ditatorial, iniciou a articulação da candidatura de Prudente de Moraes (presidente do Senado pelo Partido Republicano Paulista) à presidência, seguido pelo Marechal Floriano Peixoto a vice. Num só golpe, a *articulação pretendia canalizar [...] a forte bancada paulista e parte do Exército* (SOUZA, 1971: 171). Apesar de enfraquecido, Deodoro lança

sua candidatura, tendo por vice o Almirante Wandenkolk, nome lembrado por ele para prestigiar a marinha e abarcar uma quantidade maior de aliados.

Deodoro da Fonseca foi eleito com pequena margem de votos tendo por vice o Marechal Floriano Peixoto. Deodoro destituiu os presidentes de Estados que não o apoiaram, nomeando, logo em seguida, outros. No Espírito Santo, Henrique Coutinho, vice de Afonso Cláudio, que deixou o governo por motivo de saúde e depois renunciaria, foi sacado do cargo, ascendendo ao comando do Espírito Santo a *União Republicana Espírito Santense* com a nomeação de Antônio Aguirre.

Porém, não resistindo as grandes pressões, Deodoro da Fonseca renunciou em 23 de novembro de 1891. Assim como Deodoro, Aguirre é deposto e uma Junta Governativa é formada para gerir o Espírito Santo. Esta era composta por Graciano Neves, Galdino Loreto e Henrique de Gouvêa

Logo, a Junta dissolveu a Constituinte Estadual, convocou eleições para substituí-la, aprovou uma nova Constituição para o Estado e elegeu indiretamente um novo governador: Moniz Freire (1892-1896), que assumiu a presidência em 3 de maio de 1892, tendo o respaldo das forças políticas que ascenderam ao poder local após a destituição de Deodoro da Fonseca reunidas no *Partido Republicano Construtor*, terminando assim com a fase de instabilidade política que marcou os primeiros anos da República no Espírito Santo.

Quando Moniz Freire assumiu, ele fez questão de salientar as péssimas condições de infra-estrutura urbana que a Capital do estado apresentava. Preservando características nitidamente coloniais, Moniz chamava *carinhosamente* Vitória da cidade do sem, pois ela possuía características típicas de

*[...] uma cidade velha e pessimamente construída, sem alinhamentos, sem esgotos, sem arquitetura, [...] apertada entre a baía e um grupo de montanhas [...], [além de não ter] um fornecimento regular de carnes verdes, sem edifícios notáveis, sem teatros, sem passeio público, sem hospitais, sem serviço de limpeza organizado, sem um matadouro descente, desprovida de toda defesa sanitária, necessitando construir novos cemitérios (SANTOS NEVES, 2005).*

Assim, o projeto de desenvolvimento posto em prática por Moniz Freire em seu primeiro governo era extremamente modernizador. Como o café ganhava,

paulatinamente, peso considerável à economia capixaba, M. Freire preocupou-se em criar uma moderna malha ferroviária para que a produção cafeeira do Estado fosse exportada por Vitória, sem a obrigatoriedade de a mesma ser escoada pelos portos carioca – principalmente a da região sul. Além do mais, no dizer de Bittencourt,

*[...] em suas metas administrativas [Moniz Freire] ressaltava as tradicionais carências capixabas: transporte e mão-de-obra. Necessidades vitais ao modelo capixaba, fornecedor de produtos tropicais de exportação. Para incrementar o setor de transporte contraiu o primeiro empréstimo externo da política nacional sob a égide do federalismo que lhe permitia [...] e destinava-se à construção de Estrada de Ferro Sul, do Espírito Santo. (BITTENCOURT, 1987: 114).*

Assim, visando transformar Vitória numa “praça forte”, no sentido da economia capixaba, como já salientado, se distanciar o máximo possível da fluminense, Moniz Freire encomenda uma série de estudos e convênios para a construção de linhas férreas diversas no território capixaba. Uma das iniciativas foi a assinatura de um convênio com o então presidente de Minas Gerais Afonso Augusto Moreira Pena para a construção de uma linha férrea que ligaria Vitória a Minas, projeto que só pode desenvolver-se no início do século XX (ver ROSA, SI). Outra foi a construção da *Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo*, que ligaria Vitória a Cachoeiro, principal região cafeeira do estado. Porém,

*A construção da estrada atrasou-se, devido à falta de recursos, e, antes dela, a Leopoldina Railway chegou a Cachoeiro, ligando-o ao Rio de Janeiro. Só muito mais tarde, na década de 1920, Vitória conseguiu atrair parte do café do sul, mas não se tornou jamais a grande praça dos sonhos do presidente (SALETTTO, 1996: 113-114).*

A queda do preço da saca do café no término do mandato de Moniz Freire atrasou temporariamente o projeto ferroviário capixaba. Em 1896, o Espírito Santo produziu cerca de 419.229 sacas de 60 kg de café, que geraram uma receita de 2.968:410\$000, aquém dos anos anteriores, e, em 1899 até que a produção aumentou para 456.329 sacas, que geraram, porém, uma receita de apenas 2.336.228\$000. A desvalorização da moeda brasileira, além de determinar o valor interno da saca, encarecia a compra do material necessário à construção das ferrovias, e o crescente encargo da dívida externa ajudou a exaurir ainda mais, nos anos seguintes, as finanças do Estado. A tabela 1 mostra a produção cafeeira capixaba e a receita por ela gerada entre 1896 e 1900.

**TABELA 1**  
**PRODUÇÃO E RECEITA DE CAFÉ NO ES ENTRE 1896 E 1900**

Ano	Kg	Sacos 60 Kg	Valor Oficial	Direitos Pagos	Receita Geral	%
1896	25.143.751	419.229	24.842:217 \$	2.968:410\$	3.875:021\$	76%
1897	34.791.488	579.858	28.574:962 \$	3.413:048\$	4.170:324\$	81%
1898	33.449.901	557.498	24.858:370 \$	2.956:016\$	3.660;755\$	80%
1899	27.379.764	456.329	19.468:573 \$	2.336.228\$	3.130:592\$	74%
1900	23.649.222	394.153	17.398:730 \$	2.084:327\$	2.926:282\$	71%

Fonte: Bittencourt, 2006.

Independente disso, as mudanças de ordem econômica e política fizeram Vitória se tornar uma área de grande fluxo comercial. A introdução da atividade cafeeira propiciou novas demandas no que tangiu a área urbana, pois era preciso que Vitória *respirasse ares modernos*, ou seja, era necessário que a Capital do estado, ao se tornar um respeitado entreposto comercial, via entrada de mercadorias e exportação de café pelo Porto de Vitória, adquirisse uma nova feição paisagística, desvencilhando-se dos ares coloniais para ganhar, definitivamente, uma roupagem moderna, digna de um nicho em ascensão econômica e social. Pensando nisso, um amplo projeto é desenvolvido: o *Novo Arrabalde*, que, de acordo com Campos Júnior, *foi a primeira intervenção planejada da capital* (CAMPOS JUNIOR, 2005), além de apresentar a proposta de um amplo planejamento de ocupação da região nordeste da Ilha de Vitória com a perspectiva de sextuplicar sua área populacional e logística. O planejamento da obra foi delegado ao engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Britto, também muito conhecido pela sua preocupação sanitária. Aliás, esse pensamento impregnava a meta de trabalho de quase todos os engenheiros da época, que pensavam o planejamento logístico e urbano das cidades num momento em que era extremamente comum epidemias em locais construídos à margem de pântanos, lixões e áreas sem a mínima estrutura de coleta de esgoto, fruto da péssima conservação e estruturação dos grandes centros urbanos. Travando um intenso debate com os médicos da época, que também se engajavam nos debates acerca das questões urbanas, mesmo que se prendendo apenas aos aspectos teóricos, sem propor soluções estruturais mais profundas,

*[...] os engenheiros, ao contrário, começaram a ter uma produção bastante autônoma, resultando daí a elaboração de projetos variados de saneamento e de embelezamento, projetos esses que incorporavam os preceitos do higienismo, mas que iam muito além da simples exposição de problemas e sugestões pouco fundamentadas pela ciência. Com efeito, e em contraposição aos médicos, os engenheiros passaram a oferecer soluções técnicas de eficácia já comprovada, e que podiam ser adotadas de imediato se para isso existissem recursos e vontade política (ABREU, 2002: 174).*

Outras tentativas de melhorar a qualidade de vida da população da Capital do estado foram arquitetadas, como, por exemplo, o aterramento do Campinho, área que hoje compreende a região do Parque Moscoso. Com o intuito de criar uma nova área residencial nessa região, Moniz Freire encomendou os serviços da Companhia Torrens para que a mesma procedesse ao aterramento do local, que era tido como antro de proliferação de pragas e de doenças.

Porém, a Comissão de Melhoramentos da Capital criada em 1893 e gerida pelo engenheiro Saturnino Brito com a responsabilidade de elaborar o projeto do Novo Arrabalde foi extinta em 1896. Seguindo o mesmo destino, as expectativas da Companhia Torrens a respeito do Novo Arrabalde também fracassaram. A imigração em massa para Vitória não ocorreu da forma esperada e o sistema viário que ligaria Vitória à localidade não foi construído em tempo hábil, e, em 22 de janeiro de 1897, o contrato celebrado entre o governo do Estado e a Torrens foi declarado caduco. Os terrenos outrora concedidos à Companhia retornam às mãos do Estado, pois as perspectivas da Torrens do Novo Arrabalde funcionar como um negócio imobiliário, no sentido dele ser um marco nos assentamentos populacionais no Espírito Santo e um modelo de planejamento urbano a ser seguido, fracassou. Apenas no início da década de 1910, já na presidência de Jerônimo Monteiro, o Estado voltou suas atenções para a região (CAMPOS JUNIOR, 2002).

No que se refere à imigração, a grande maioria dos italianos que para cá vieram eram provenientes do norte da Itália: vênéticos, trentinos, lombardos, piemonteses, bolonheses, etc (SALETTO, 1996). O Espírito Santo vivia grande euforia econômica por causa do café, que incrementava ainda mais sua arrecadação. Moniz Freire, aproveitando-se das benesses da descentralização política surgida com a CF de 1891, cria um serviço de imigração própria, afeto às necessidades do Espírito Santo. Para Freire

*Os contratos do Governo Federal para introdução de imigrantes muito pouco tem aproveitado aos diversos Estados, com exceção de São Paulo, cuja propaganda na Europa é antiga e muito bem dirigida, de sorte que toda a corrente imigratória estabelecida para o Brasil encaminha-se espontaneamente ao seu território, independente mesmo das solicitações que a envolvem ao sair da Europa e ao chegar aqui (Freire 1986, Apud ROCHA, 2000: 119).*

Moniz Freire, percebendo que o aumento da receita estadual por causa do café poderia ser comprometido por causa da crescente falta de mão-de-obra na lavoura cafeeira, principalmente após a abolição em 1888, que diminuiu os trabalhadores nos cafezais, voltou sua atenção para a questão da imigração. As inúmeras obras de melhoria urbana feitas em Vitória também careciam de operários, assim como a construção de ferrovias, sendo natural, portanto, que uma propaganda positiva sobre o Espírito Santo fosse feita no exterior com o intuito de atrair imigrantes. Além disso, era preciso criar uma estrutura fundiária que pudesse acomodar os futuros imigrantes que fossem atraídos para cá por causa do “ouro negro” e pelas oportunidades que a terra pudesse oferecer. O trabalho foi dividido em duas frentes: contratos com companhias de navegação foram assinados, com o objetivo de atrair estrangeiros, e uma legislação de terras foi criada, após promulgação da Lei n.º 4, de 4 de junho de 1892, para regular o serviços de terras e colonização no Estado.

A Lei determinou a legitimação da posse das terras ocupadas e a venda das desocupadas, permitindo, em última instância, a legitimação das posses irregulares, desde que o posseiro que nela residisse estivesse cultivando regularmente a terra e se dispusesse a pagar ao Estado o serviço de medição do espaço e a futura compra da mesma. As posses garantidas pela Lei de Terras de 1850 seriam respeitadas e as áreas maiores seriam destinadas aos que pretendessem criar núcleos coloniais (SALETTTO, 1996).

A Lei n.º 4 estabelecia dois anos para a abertura do processo de legitimação das posses, além de prisão e multa para aqueles que ocupassem as terras devolutas sem o consentimento do Estado. Ela também regulamentou o Serviço de Terras e Colonização no Espírito Santo, dividindo o Estado em Comissões Distritais, incumbidas, principalmente, da legalização da instalação dos núcleos coloniais e da medição de seus lotes. Também determinava que os imigrantes devessem ser

recebidos, hospedados e encaminhados a seus destinos pela Diretoria Central de Terras e Colonização.

Além disto, o imigrante só receberia ajuda se declarasse, quando de sua chegada, o lugar onde queria se estabelecer, comprometendo-se a não deixar o Estado num prazo de três anos – a contar o dia de sua chegada -, salvo nos casos mediante autorização do presidente do Estado a partir das informações do diretor da Comissão Distrital.

Após promulgação do Decreto n.º 13, de 28 de junho de 1892, os núcleos coloniais ficavam distribuídos entre as Comissões Distritais da seguinte forma (ROCHA, 2000):

- a) 1º Comissão: núcleos Santa Leocádia e Nova Venécia;
- b) 2º Comissão: núcleos Antonio Prado, Accioly Vasconcellos, Moniz Freire e Demétrio Ribeiro;
- c) 3º Comissão: núcleo Afonso Cláudio;
- d) 4º Comissão: núcleo Costa Pereira.

Feito isso, a primeira iniciativa do governo Freire foi contratar os serviços do italiano Domenico Giffoni para introduzir no Espírito Santo 20 mil imigrantes italianos num período de três anos: três mil em 1892, sete mil em 1893 e 10 mil em 1894. Assinado o contrato em 3 de julho de 1892, Gioffoni, logo em seguida, o repassa à Companhia “La Véloce”. Acerca dos imigrantes italianos chegados ao Espírito Santo entre 1892 e 1896, a tabela 2 destaca seus números. Em 1893, Moniz assina mais um contrato, desta vez com a companhia francesa *Chargeurs Reunis*, cuja meta era trazer ao Espírito Santo dois mil imigrantes portugueses e espanhóis até o ano de 1894. Mas, para cá, só vieram 972 imigrantes portugueses (ESPÍRITO SANTO, 1896: 108), o que provocou a rescisão do contrato.

**TABELA 2**  
**IMIGRANTES ITALIANOS QUE ENTRARAM NO ESPÍRITO SANTO ENTRE 1892 E 1896**

Ano	Imigrantes
1892	784
1893	2.498

1894	3.327
1895	4.573
1896	1.490
<b>Total</b>	<b>12.672</b>

Fonte: APEES, 2008.

Em pouco tempo, Moniz Freire vislumbrou a possibilidade da navegação regular e direta entre o porto capixaba e os portos alemães, franceses, espanhóis e portugueses trazerem levadas regulares de imigrantes espontâneos para aqui povoarem e darem maior impulso à economia capixaba. A tabela 3 dá os números dos imigrantes que chegaram ao Espírito Santo entre 1892 e 1900 e seus respectivos países, e, a tabela 4, nos dá os números parciais dos imigrantes italianos chegados e suas respectivas origens de 1888 a 1896.

**TABELA 3**  
ENTRADA DE IMIGRANTES NO ES E SEUS RESPECTIVOS PAÍSES ENTRE 1892 E 1900.

Nacionalidade	Anos									Total
	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	
Alemanha	-	17	8	28	9	-	1	-	-	63
Áustria	-	12	-	2	1	1	-	-	-	16
Chile	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Espanha	151	384	32	9	1.451	9	-	-	-	2.036
França	-	1	1	2	-	1	-	-	-	5
Grécia	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2
Imigrantes brasileiros	-	-	-	3	1	-	-	-	-	4
Inglaterra	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Itália	784	2.498	3.327	4.573	1.490	417	163	22	44	13.318
Marrocos	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
Polônia	24	3	4	-	7	13	-	-	-	51
Portugal	30	329	681	12	65	-	-	-	-	1.117
Rússia	11	-	-	-	11	-	-	-	-	22
San Marino	-	-	-	251	139	-	-	-	-	390
Suíça	-	2	3	-	-	-	-	-	-	5
Ucrânia	-	-	-	-	70	-	-	-	-	70
<b>Total</b>	<b>999</b>	<b>3.248</b>	<b>4.056</b>	<b>4.882</b>	<b>3.244</b>	<b>441</b>	<b>164</b>	<b>22</b>	<b>44</b>	<b>17102</b>

Fonte: APEES, 2008.

**TABELA 4**  
IMIGRANTES ITALIANOS E SUAS ORIGENS ENTRE 1888 E 1896

Região	Famílias	Indivíduos	Total estimado de pessoas
Norte	1.995	2.247	8.112
San Marino	498	83	1.577

Centro	280	123	963
Sul	217	24	675
<b>Total</b>			<b>11.327</b>

Fonte: Saletto, 1996.

A grande maioria dos imigrantes que aqui chegaram entre 1892 e 1900 se dirigiu aos núcleos colônias e às fazendas cafeeiras, e tantos outros foram trabalhar nas diversas obras públicas que estavam sendo executadas na época citada – principalmente nas obras de melhoria da capital e na construção das estradas de ferro. Pelo Porto do Cachoeiro de Santa Leopoldina, localizado no Rio Santa Maria da Vitória, 1.569 imigrantes se dirigiram aos núcleos coloniais ou às fazendas. A quase totalidade dos 4.151 imigrantes vindos pelo Porto de Cachoeiro de Itapemirim, através do rio Itapemirim, se dirigiu às antigas fazendas escravocatas de Cachoeiro. De lá, outras famílias se dirigiram ao Núcleo Colonial Costa Pereira, mas logo foram atraídos pelos fazendeiros da região, abandonando, logo em seguida, seus lotes coloniais. Já os 752 imigrantes que desembarcaram no Porto de São Mateus seguiram para as Colônias de Santa Leocádia e Nova Venécia ou foram trabalhar nas fazendas cafeeiras da região. Alguns abandonaram seus lotes para trabalhar como meeiros nas fazendas da região. A tabela 5 nos mostra o destino dos imigrantes que entraram no Espírito Santo entre 1892 e 1900.

Além destes contratos, o governo Moniz Freire também estimulou a vinda de imigrantes nacionais do nordeste do Brasil – notadamente baianos e sergipanos – para trabalharem nos mais diversos serviços públicos e particulares devido à grande carência de operários e braçais de que se ressentia Vitória.

Porém, em março de 1893, Moniz Freire recebeu notícias do cônsul brasileiro em Gênova de que o governo italiano expediu ordens desaconselhando a imigração italiana ao Espírito Santo. Imediatamente Moniz dirige cartas ao ministro brasileiro em Roma, ao cônsul brasileiro em Gênova, ao superintendente de imigração brasileiro em Paris e ao cônsul italiano no Rio de Janeiro para que intercedessem em favor dos interesses capixabas e para que ela não fosse proibida. Defendendo-se ao afirmar que não seria justo o Estado sofrer embargos, pois, aqui, havia quase quarenta mil imigrantes estabelecidos (trinta mil deles italianos), o movimento migratório ao Espírito Santo volta a transcorrer normalmente, só sendo interrompido em idos de 1895, época da proibição italiana após as denúncias do real cônsul

italiano, Carlo Nagar. Confeccionado em fevereiro de 1895, seu relatório intitulado *O Estado do Espírito Santo e a Imigração Italiana*, foi publicado em abril do mesmo ano no Boletim do Ministério dos Assuntos Exteriores da Itália e deu origem ao histórico decreto do governo italiano que proibiu a imigração italiana não espontânea ao Estado (RIBEIRO, 2008).

**TABELA 5**  
**DESTINO DOS IMIGRANTES QUE ENTRARAM NO ES ENTRE 1892 A 1900**

Destino	Colônias	Fazendas	Colônias ou Fazendas	Obras Públicas	Obras Particulares	Total
Alegre	-	1	-	-	-	1
Benevente (Anchieta)	-	-	1.702	-	-	1.702
Cachoeiro de Itapemirim	-	4.151	-	-	-	4.151
Castelo	-	2	-	-	-	2
Guarapari	-	-	-	-	12	12
Itapemirim	-	955	-	-	-	955
Piúma	-	-	29	-	-	29
Rio Doce	860	-	-	-	-	860
Rio Itabapoana	-	1.610	-	-	-	1.610
Rio Jucu	24	-	-	-	-	24
Santa Cruz	-	443	-	-	-	443
Santa Leopoldina	1.581	-	-	-	-	1.581
São Mateus	-	-	752	-	-	752
Venda Nova	-	2	-	-	-	2
Vitória	-	-	-	2.679	-	2.679
Estrada de Ferro	-	-	-	975	-	975
<b>TOTAL</b>						<b>15.778</b>

Fonte: APEES, 2008.

Independente disso, podemos afirmar o projeto político de Moniz Freire para o Espírito Santo foi vitorioso, pois, junto com o crescimento da lavoura cafeeira, durante a primeira presidência de Moniz, houve o significativo acréscimo na entrada de imigrantes no Estado. Até 1900, como já salientado, 44.510 imigrantes, de diversas nacionalidades, principalmente alemães e italianos, entraram no Espírito Santo. Entre 1892 e 1896, época da primeira presidência de Moniz Freire, 13,244 estrangeiros entraram no Estado, representando o significativo percentual de 29,75% do total das entradas indicadas. Assim, as obras de melhoria urbana em Vitória e a construção da Estrada de Ferro Sul, inicialmente, não foram prejudicadas, visto que uma corrente de trabalhadores foi estabelecida – de estrangeiros e de trabalhadores nacionais, acarretando, em longo prazo, no aumento da diversidade

cultural capixaba, tornando-nos uma cultura híbrida, visto que várias tradições folclóricas nossas são de influência italiana, alemã etc.

Hoje, a Praia do Canto, localizada dentro do antigo Novo Arrabalde, é um dos bairros mais valorizados do Espírito Santo. Apesar de ser uma localidade com características comerciais, podemos perceber que ela mantém ainda intacta uma das metas de Moniz Freire para a região: abrigar a classe média e rica de Vitória. As principais artérias e vias viárias planejadas no projeto do Novo Arrabalde são indispensáveis para a facilitação da mobilidade urbana de Vitória. O que seria do trânsito de Vitória, no início do século XXI, se não existissem a Reta da Penha, a Avenida Vitória e a Avenida Leitão da Silva?

Moniz Freire foi um homem à frente de seu tempo, mesmo que as transformações pensadas por ele para o Espírito Santo não tenham ocorrido durante sua primeira presidência. Mas é digna a lembrança de que o Estado deve muito à obstinação de Moniz em desenvolvê-lo economicamente, tornando-se ele um empreendedor e uma referência que deveria ser seguida pelas autoridades públicas de nosso tempo.

### Referências Bibliográficas

ABREU, M. A. Pensando a Cidade no Brasil do Passado. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. G.; CORRÊA, R. L.(orgs): *Brasil: questões atuais de organização do território*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BERSTEIN, S. Os Partidos. In: REMOND, R. (org). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ufrj, 1996.

BITTENCOURT, G. *A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização*. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

CAMPOS JÚNIOR, C. T. de. *A construção da cidade: formas de produção imobiliária em Vitória*. 1ª. ed. Vitória: Florecultura, 2002.

CAMPOS JÚNIOR, C. T. de. *Crescimento urbano e expansão do mercado imobiliário na Grande Vitória*. Disponível em: <http://www.estacaocapixaba.com.br/textos/arquitetura/inocoop/tinocool.html>. Acesso em: 17 set. 2005.

CANO, W. Padrões Diferenciados das Principais Regiões Cafeeiras (1850-1930). *Estudos Econômicos*, São Paulo, p.299, maio/agosto de 1895.

CARDOSO, F. H. *A arte da política: a história que vivi*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARONE, E. *A República Velha: instituições e classes sociais (1889-1930)*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.

CARVALHO, J. M. de. *Mandonismo, coronelismo e clientelismo: uma discussão conceitual*. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext). Acesso em: 13 jul. 2006.

CARVALHO, J. M. de. *Pontos e bordados: escritos de História política*. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CLAUDIO, A. *História da literatura espírito-santense*. Rio de Janeiro: Xérox do Brasil, 1981.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Presidente (1892-1896: Freire). *Relatório apresentado pelo sr. Dr. J. de M. C. Moniz Freire ao passar o governo ao Ex. Sr. Dr. Graciano Neves, em 23 de maio de 1896*. Rio de Janeiro: Typographia Leuzinger, 1896. p.108.

FAUSTO, B. Estado e burguesia agrarioexportadora na Primeira República: uma revisão historiográfica. *Novos Estudos*, n. 27, p.121-122, julho de 1990.

\_\_\_\_\_. Pequeno ensaio da Historia da Republica (1889-1945). *Caderno Cebrap*, n.10, 1975.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 12ª ed. São Paulo: Nacional, 1976. p. 151.

HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 183-184.

MONTEIRO, H. de M. Da República Velha ao Estado Novo. In: LINHARES, M. Y. (org). *História Geral do Brasil*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Campos, 2000.

RESENDE, M. E. L. d. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, et. ali. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

RIBEIRO, D. A. *Busca à Primeira Grandeza: o Espírito Santo e o Governo Moniz Freire (1892-1896)*. 2008. 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

ROCHA, G. *Imigração estrangeira no Espírito Santo (1847-1896)*. Vitória, SN, 2000.

ROSA, L. B. R. de. A. *Uma ferrovia em questão: Vitória a Minas (1890/1940)*. SI.

SALETTTO, N. *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: Edufes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Transição para o trabalho livre e pequena propriedade no Espírito Santo*. Vitória: Edufes, 1996.

SANTOS NEVES, L. G. dos. *O novo Arrabalde*. Disponível em: < <http://www.vitoria.es.gov.br/secretarias/cultura/ihges/arrabalde.htm> > . Acesso em: 27 set. 2005.

SOUZA BASILIO, M. A. de. *A vida e obra de Moniz Freire*. Vitória, 1961.

SOUZA, M. d. C. C. de. O processo político partidário na Primeira Republica In: MOTTA, C. C. (org). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1971.

SUETH, J. C. R. *Espírito Santo, um Estado “satélite” na Primeira Republica: de Moniz Freire a Jerônimo Monteiro (1892/1912)*. 2004. 146f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós/Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2004.

TEIXEIRA, F. *Colatina ontem e hoje*. Espírito Santo: Prefeitura Municipal de Colatina, S.A.